

HABEAS CORPUS Nº 492.656 - MG (2019/0038075-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : PEDRO HENRIQUE SANTANA PEREIRA E OUTRO
ADVOGADOS : ORMEU GONÇALVES FROIS - MG070403
PEDRO HENRIQUE SANTANA PEREIRA - MG121434
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : G M DOS S (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de G. M. dos S. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.138671-5/000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso temporariamente no dia 31/10/2018 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 213, *caput*, 216-A e 226, II, todos do CPB, porque o paciente teria tentado forçar a vítima a praticar sexo oral com ele (e-STJ fl. 111).

A defesa impetrou *habeas corpus* junto à Corte estadual, alegando, em síntese, que não há "*certeza de que os fatos se amoldam efetivamente a tal tipo penal, em razão da promulgação da Lei 13.718/2018, que passou a prever no art. 215 ao delito de importunação sexual, situação que muito se assemelha ao relatado pela vítima na investigação*" (e-STJ fl. 118). Sustentou que estariam ausentes os requisitos autorizadores da cautelar; que o Juiz de primeiro grau "adicionou fundamentação" ao determinar o recolhimento provisório do paciente e que o acusado possui condições pessoais favoráveis, sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem, acolhendo o parecer do Ministério Público (e-STJ fls. 110/114), nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 117):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTUPRO - ASSÉDIO SEXUAL - TESE RELACIONADA À EVENTUAL

MODIFICAÇÃO DA CAPITULAÇÃO DELITIVA - VIA IMPRÓPRIA - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIÊNCIA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - NÃO SUFICIÊNCIA PARA OBSTAR A CONSTRIÇÃO CAUTELAR.

1. A questão relacionada à eventual modificação da capitulação delitiva inicialmente atribuída ao paciente (para tipo penal de menor gravidade abstrata) imbrica-se a ponto fático, ao elemento subjetivo que informava a ação do agente, enfim, ao cerne da lide penal, inviável, por isso, de ser aprofundada nos estreitos limites da ação de habeas corpus. 2. Inexiste constrangimento ilegal na decisão judicial que decreta o acautelamento preventivo, se lastreada em elementos concretos dos autos e nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, porquanto se afigura necessária para a garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do crime supostamente cometido e a periculosidade que se extrai do agir do paciente. 3. O crime previsto no artigo 213 do Código Penal, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário pena privativa de liberdade superior a quatro anos, o que implementa o comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal. 4. Presentes os pressupostos e constatada a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas. 5. A presença de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para inibir a custódia cautelar, uma vez demonstrada a necessidade de sua manutenção.

Na presente oportunidade, o impetrante alega que não foram apresentados elementos concretos de convicção no sentido da verdadeira periculosidade do paciente, já que as informações trazidas a conhecimento seriam de situações havidas unicamente em ambiente de trabalho. Ainda, sustenta que não há nos autos provas de que o paciente, enquanto solto, proferiu qualquer ameaça ou ofensa à vítima e testemunhas, e muito menos tenha tentado fugir (art. 312 do CPP).

Reitera que as condições pessoais do paciente devem ser levadas em conta e que não foi sequer oportunizado ao acusado o cumprimento de medidas cautelares diversas.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade, sob fiança e aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se imediatamente o alvará de soltura.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese em apreço, ao que parece, a prisão foi justificada com fundamento na garantia da ordem pública, diante de elementos concretos que evidenciam a gravidade concreta da conduta, como se verifica de trecho do acórdão abaixo transcrito (e-STJ fls. 123/124, grifei):

Com efeito, tenho que a argumentação trazida na mencionada decisão e os demais elementos encartados aos autos são todos endereçados à conclusão que o crime em apuração revela destacada gravidade concreta, envolvendo, segundo se noticia, incomum ousadia e perversão. Isso porque, em tese, desde que a vítima começou a trabalhar no mesmo estabelecimento comercial que o paciente - cerca de um ano e meio - vinha sofrendo assédio sexual por parte dele (seu empregador). Diz-se que no dia 23/09/2018 G. praticou com ela ato libidinoso, mediante violência, esfregando seu órgão genital no corpo da ofendida (em suas pernas e região da vagina), ocasião em que puxou seus cabelos com força, arrancando-os, bem como a empurrou. Ainda, segundo se extrai das declarações da vítima e dos demais relatos dos funcionários do estabelecimento comercial acostados aos autos (documentos de ordem 07/13), o paciente, vinha, reiteradamente, assediando sexualmente as mulheres que trabalhavam ali, sendo que algumas delas tinham medo de ser demitidas por ele. Há também informação de que, alguns meses antes dos fatos em tela, cerca de 10 a 15 mulheres trabalharam no local e pediram demissão, algumas delas dizendo que foram assediadas por G. (documento de ordem 12). Tais circunstâncias sinalizam o suposto comportamento habitual

do paciente em crimes contra a dignidade sexual e sinalizam a sua propensão à reiteração delitiva, o que demonstra a necessidade de sua prisão para a garantia da comunidade circundante.

Além disso, segundo o Juiz de base, foi colhida informação nos autos dando conta da possível intenção do paciente em se evadir do distrito da culpa, o que reforça a necessidade de sua segregação cautelar para assegurar a aplicação da lei penal. Vale ressaltar, nesse ponto, que, ao contrário do que parece crer a defesa, a autoridade impetrada não se baseou em relatos da vítima nesse sentido, mas de uma testemunha (Valdovino Felisbino).

Com efeito, "*Admite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública*" (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

Registre-se, ainda, que eventuais condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator